



**ACÓRDÃO Nº499/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11254/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Responsável:** Joésia Moreira Julião Pacheco (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAÍ e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1548/2020-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM. Exercício de 2016.

*Revelia. Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Considerar revel** a Senhora Joésia Moreira Julião Pacheco, Diretora - Presidente do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM e Ordenadora de Despesas, à época, de acordo com o §4º., do inciso III, do artigo 20, da Lei Orgânica TCE/AM nº. 2423/1996.
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual, referente ao exercício de 2016, responsabilidade da Senhora **Joésia Moreira Julião Pacheco**, Diretora - Presidente do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM e Ordenadora de Despesas, à época, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.3. **Aplicar Multa** à Senhora **Joésia Moreira Julião Pacheco**, Diretora - Presidente do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM e Ordenadora de Despesas, à época, referentes ao exercício de 2016, no valor de **R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)**, na forma prevista no artigo 1º,



**ACÓRDÃO Nº499/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

XXVI, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, nos termos do artigo 54, inciso V, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, c/c o artigo 308, inciso V, do RITCE, pelo cometimento das impropriedades listadas no voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo. Na hipótese de expirar o prazo, a importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DERED autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 4/2002 – RITCE/AM.

- 10.4. Considerar em Alcance a Senhora Joésia Moreira Julião Pacheco**, Diretora - Presidente do Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM e Ordenadora de Despesas, à época, referentes ao exercício de 2016, no valor de **R\$ 343.350,17** (trezentos e quarenta e três mil, trezentos e cinquenta reais e dezessete centavos), nos termos do artigo 304, inciso VI, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas "c" e "d" e §2º, alíneas "a" da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, em razão dos débitos demonstrados na fundamentação do Voto, que devem ser recolhidos na esfera Estadual, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, III, alínea "a" da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE), para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ por descumprimento de/pelas improbidades apontadas. Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento da referida quantia, determine que proceda a inscrição na Dívida Ativa e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas.
- 10.5. Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite reincidir nas impropriedades relacionadas na Fundamentação do Voto, corrigindo-as em futuras prestações de contas.
- 10.6. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno** que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº.



**ACÓRDÃO Nº499/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 13ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 20 de Maio de 2020

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral